

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

MPGO arquiva inqueêrito sobre contrato de R$ 85 mi da Saneago

Compra de vaga em creches custará R$ 700

Folha Dirigida

Concurso Alego: "logo após o Carnaval", diz presidente da Casa

Conexão Jornalismo

1º Seminário de Governança reúne especialistas da área em Goiânia

MPGO arquiva inqueêrito sobre contrato de R$ 85 mi da Saneago

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) decidiu pelo arquivamento da própria investigação, que buscava apurar supostas irregularidades em licitação e contrato destinados à prestação do serviço de almoxarifado virtual. A definição, publicada na última sexta-feira (07), encerra a última pendência relacionada ao inquérito, iniciado em 2020 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO).

A apuração foi distribuída ao próprio MP-GO. que agora finaliza o processo sem sequer apresentar denúncia ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), e também à Polícia Civil, que chegou a indiciar 14 pessoas, entre agentes públicos e empresários, na conclusão da chamada "Operação Custo Máximo", em junho de 2024. As provas, no entanto, foram anuladas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no mesmo mês. O MP-GO não recorreu da decisão.

No arquivamento final da investigação, o promotor Flávio Cardoso Pereira, aponta "ausência de acervo probatório suficiente" para comprovar "a ocorrência de dano ao erário para a propositura de Ação de Improbidade Administrativa". A decisão conclui que, "com o término do prazo de tramitação deste inquérito civil público, não resta outra medida que não seja o arquivamento do procedimento investigativo".

A ex-diretora de Gestão Corporativa da estatal Silvana Canuto Medeiros, foi destituída do cargo em janeiro de 2022 por conta das investigações, além de outros cinco funcionários da Saneago. Foram eles Danúzia Moreira Rocha, Luciana Marçal de Moura, Rogério Moura de Queiroz, Luiz Fenando Machado Lopes e Robson Almeida Ramos. Todos sequer foram processados a partir da anulação das provas e, agora, com o arquivamento da investigação.

O foco das investigações iniciadas pelo GAECO e continuadas pela Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) foi o contrato com a empresa de gerenciamento logístico BRS Distribuição de Suprimentos (BR Supply), do Rio Grande do Sul, que havia sido suspenso em 2022 por conta das denúncias. A delegacia apontou, à época, crimes de fraude à licitação e contrato administrativo; frustração de caráter competitivo de procedimento licitatório; participação de empresa inidônea em licitação; e associação criminosa.

Segundo o inquérito, a licitação para a contratação da empresa teria sido direcionada com sobrepreço no processo seletivo, além de superfaturamento na execução do contrato. A de-legacia conseguiu autorização judicial para bloqueio de bens e valores de RS 6,4 milhões.

O advogado de defesa de Silvana Canutoe Robson Almeida, Matheus Mota, destaca que a investigação no âmbito do MP-GO era a última etapa para encerrar qualquer processo relacionado ao tema.

A ministra do STJ, Daniela Teixeira, anulou a decisão judicial que autorizou busca e apreensão na operação, em março de 2023. A Deccor apontou suposto favorecimento em licitação de almoxarifado virtual, no valor de RS 85,5 milhões, e irregularidades na execução do contrato. A ministra acatou o argumento da defesa de Silvana e Robson, e considerou a decisão "evidentemente genérica, impondo flagrante constrangimento ilegal, razão pela qual deve ser considerada nula e as provas decorrentes desta busca devem ser consideradas ilícitas".

A Deccor ainda apontou no inquérito que a BRS teria utilizado outras empresas em Goiás e no Rio Grande do Sul para fornecer produtos à Saneago com preços muito acima do mercado, com apresentação "de notas fiscais de saída no limite dos preços máximos de aquisição estabelecidos pela estatal goiana para, com isso, burlar as cláusulas contratuais e ensejar lucro indevido à empresa contratada".

Ainda de acordo com o inquérito, na execução do contrato, os valores teriam sido superestimados por servidores. As investigações ainda citaram possível participação de empresa do Distrito Federal na licitação para simular competitividade, além de permissão por parte da estatal de concorrente inidônea no processo.

O inquérito foi remetido ao Poder Judiciário, até ter as provas anuladas pelo STJ, e ao MP-GO, que não ofertou denúncia e, agora, arquivou a investigação. "Essa é mais uma decisão que toma público e referenda a ausência de ilegalidade nos atos praticados pelos investigados. Como sempre reforçado pela defesa. desde o início, tratou-se de uma investigação fraudulenta e clandestina, a partir de um factoide, que nunca existiu, por relatos de pessoas maldosas e de interesses escusos. Reforça-se que ninguém desta investigação foi beneficiada sob a qualquer ordem ou natureza. Aliás, esta decisão vai na linha do que já foi reconhecido em sede de auditoria interna e independente da Saneago, CGE, TCE, GAECO e STJ", aponta o defensor.

Em carta encaminhada ao POPULAR em janeiro de 2022, Silvana Canuto classificou como "vazias" as denúncias de suposta irregularidade no contrato de almoxarifado virtual. A carta foi enviada logo após a destituição do cargo, quando foi substituída por Edson Sales de Azeredo Souza, por decisão do governador Ronaldo Caiado.

Silvana afirmou que "diversas ações realizadas no enfrenta -mento e combate a irregularidades no âmbito da Saneago. adotadas pela minha gestão frente à Diretoria, geraram insatisfações por parte de algumas poucas pessoas, que - em represália - vêm praticando reiterado denuncismo vazio. Estas denúncias deram origem aos procedimentos preliminares que se encontram em curso".

POLÍTICA

Parecer do MPE exclui penas de inelegibilidade e cassação

EVENTO NO PALÁCIO Procurador aponta "desproporcionalidade quanto à gravidade dos fatos" e defende reforma em sentença da primeira instância

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

O procurador Regional Eleitoral em Goiás, Marcello Wolff, opinou pela exclusão de condenação do governador Ronaldo Caiado e do prefeito de Goiânia, Sandro Mabel - ambos do União Brasil - à inelegibilidade e à cassação do mandato, respectivamente, na ação protocolada pelo PL que apontava abuso de poder político pela realização de eventos com vereadores e suplentes no Palácio das Esmeraldas.

Caiado e Mabel haviam sido condenados, em 11 de dezembro, em primeira instância e recorreram ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO). Em parecer na ação, Wolff defende a condenação por condutas vedadas na legislação eleitoral, mantendo somente a pena de multa, de R$ 60 mil e R$ 40 mil respectivamente. O procurador aponta "desproporcionalidade quanto à gravidade dos fatos" nas penalidades estabelecidas em primeira instância.

Caberá ao TRE-GO julgar o recurso, em data ainda não prevista.

Walter Folador



Governador Ronaldo Caiado em uma das reuniões no Palácio das Esmeraldas: mudança nas penalidades

Em dezembro, a juíza Maria Umbelina Zorzetti, 1ª Zona Eleitoral, condenou ambos considerando que houve condutas vedadas e abuso de poder político, com apoio indevido à campanha de Mabel no segundo turno. Caiado fez duas reuniões, nos dias 7 e 9 de outubro, com vereadores eleitos e suplentes, em que houve discursos pedindo mobilização em favor do candidato aliado, que disputava com o ex-deputado estadual Fred Rodrigues (PL), que saiu à frente no primeiro turno.

No parecer Wolff aponta "caráter eleitoreiro das reuniões" e as condutas ilícitas, mas discorda de impacto no pleito suficiente para caracterizar abuso de poder político.

A legislação eleitoral aponta como condutas vedadas "ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração" e "usar materiais ou serviços, custeados por governos, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram". A pena prevista é de multa no valor de cinco a cem mil Ufirs para as condutas vedadas.

"Tanto no aspecto qualitativo (reprovabilidade da conduta) quanto no aspecto quantitativo (repercussão no pleito), entendemos que a gravidade dos fatos é apenas moderada, sendo desproporcionais (as penas estabelecidas na primeira instância)", diz o procurador no parecer. "Não acreditamos que a prática das condutas vedadas sob comento tenham tido a repercussão de influir diretamente no resultado do pleito", completa.

O parecer de Wolff diverge da manifestação do promotor Astúlio Gonçalves de Souza, que defendeu as condenações antes da decisão em primeira instância.

OUTRO LADO

O advogado de Fred Rodrigues, Victor Hugo dos Santos Pereira, disse que não comentará o parecer por se tratar de opinião e não ser vinculante. "Preferimos falar quando o processo for a julgamento", afirmou o advogado.

A ação foi protocolada pelo candidato Fred e pela coligação dele, Goiânia Acima de Tudo (PL/Novo).

No dia 14 de outubro, a juíza Zorzetti concedeu liminar a pedido do grupo do PL determinando que Caiado se abstivesse de realizar campanha eleitoral em prédios públicos, em especial no Palácio das Esmeraldas.

OPERAÇÃO CUSTO MÁXIMO

MP-GO arquiva inquérito sobre contrato de R$ 85 mi da Saneago

Rubens Salomão
rubens.salomao@opopular.com.br

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) decidiu pelo arquivamento da própria investigação, que buscava apurar supostas irregularidades em licitação e contrato destinados à prestação do serviço de almoxarifado virtual. A definição, publicada na última sexta-feira (07), encerra a última pendência relacionada ao inquérito, iniciado em 2020 pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO).

A apuração foi distribuída ao próprio MP-GO, que agora finaliza o processo sem sequer apresentar denúncia ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), e também à Polícia Civil, que chegou a indiciar 14 pessoas, entre agentes públicos e empresários, na conclusão da chamada "Operação Custo Máximo", em junho de 2024. As provas, no entanto, foram anuladas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no mesmo mês. O MP-GO não recorreu da decisão.

No arquivamento final da investigação, o promotor Flávio Cardoso Pereira, aponta "ausência de acervo probatório suficiente" para comprovar "a ocorrência de dano ao erário para a propositura de Ação de Improbidade Administrativa". A decisão conclui que, "com o término do prazo de tramitação deste inquérito civil público, não resta outra medida que não seja o arquivamento do procedimento investigativo".

A ex-diretora de Gestão Corporativa da estatal Silvana Canuto Medeiros, foi destituída do cargo em janeiro de 2022 por conta das investigações, além de outros cinco funcionários da Saneago. Foram eles Danúzia Moreira Rocha, Luciana Marçal de Moura, Rogério Moura de Queiroz, Luiz Fernando Machado Lopes e Robson Almeida Ramos. Todos sequer foram processados a partir da anulação das provas e, agora, com o arquivamento da investigação.

O foco das investigações iniciadas pelo GAECO e continuadas pela Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Deccor) foi o contrato com a empresa de gerenciamento logístico BRS Distribuição de Suprimentos (BR Supply), do Rio Grande do Sul, que havia sido suspenso em 2022 por conta das denúncias. A delegacia apontou, à época, crimes de fraude à licitação e contrato administrativo; frustração de caráter competitivo de procedimento licitatório; participação de empresa inidônea em licitação; e associação criminosa.

Segundo o inquérito, a licitação para a contratação da empresa teria sido direcionada com sobrepreço no processo seletivo, além de superfaturamento na execução do contrato. A delegacia conseguiu autorização judicial para bloqueio de bens e valores de R$ 6,4 milhões.

O advogado de defesa de Silvana Canuto e Robson Almeida, Matheus Mota, destaca que a investigação no âmbito do MP-GO era a última etapa para encerrar qualquer processo relacionado ao tema.

A ministra do STJ, Daniela Teixeira, anulou a decisão judicial que autorizou busca e apreensão na operação, em março de 2023. A Deccor apontou suposto favorecimento em licitação de almoxarifado virtual, no valor de R$ 85,5 milhões, e irregularidades na execução do contrato. A ministra acatou o argumento da defesa de Silvana e Robson, e considerou a decisão "evidentemente genérica, impondo flagrante constrangimento ilegal, razão pela qual deve ser considerada nula e as provas decorrentes desta busca devem ser consideradas ilícitas".

A Deccor ainda apontou no inquérito que a BRS teria utilizado outras empresas em Goiás e no Rio Grande do Sul para fornecer produtos à Saneago com preços muito acima do mercado, com apresentação "de notas fiscais de saída no limite dos preços máximos de aquisição estabelecidos pela estatal goiana para, com isso, burlar as cláusulas contratuais e ensejar lucro indevido à empresa contratada".

Ainda de acordo com o inquérito, na execução do contrato, os valores teriam sido superestimados por servidores. As investigações ainda citaram possível participação de empresa do Distrito Federal na licitação para simular competitividade, além de permissão por parte da estatal de concorrente inidônea no processo.

O inquérito foi remetido ao Poder Judiciário, até ter as provas anuladas pelo STJ, e ao MP-GO, que não ofertou denúncia e, agora, arquivou a investigação. "Essa é mais uma decisão que torna público e referenda a ausência de ilegalidade nos atos praticados pelos investigados. Como sempre reforçado pela defesa, desde o início, tratou-se de uma investigação fraudulenta e clandestina, a partir de um factoide, que nunca existiu, por relatos de pessoas maldosas e de interesses escusos. Reforça-se que ninguém desta investigação foi beneficiada sob a qualquer ordem ou natureza. Aliás, esta decisão vai na linha do que já foi reconhecido em sede de auditoria interna e independente da Saneago, CGE, TCE, GAECO e STJ", aponta o defensor.

Em carta encaminhada ao POPULAR em janeiro de 2022, Silvana Canuto classificou como "vazias" as denúncias de suposta irregularidade no contrato de almoxarifado virtual. A carta foi enviada logo após a destituição do cargo, quando foi substituída por Edson Sales de Azeredo Souza, por decisão do governador Ronaldo Caiado.

Silvana afirmou que "diversas ações realizadas no enfrentamento e combate a irregularidades no âmbito da Saneago, adotadas pela minha gestão frente à Diretoria, geraram insatisfações por parte de algumas poucas pessoas, que - em represália - vêm praticando reiterado denuncismo vazio. Estas denúncias deram origem aos procedimentos preliminares que se encontram em curso".

Compra de vaga em creches custará R$ 700

Durante o programa Jackson Abrão Entrevista desta segundafeira 10), a secretária municipal de Educação de Goiânia, Giselle Faria, apontou que a compra de vagas em creches privadas deve ter custo "em torno de R$ 700" por criança.

A proposta faz parte de uma série de medidas para zerar o deficit de vagas na educação infantil, estimada em dezembro passado em 10,5 mil.

Contudo, uma lei de 2021 que autoriza convênios com escolares particulares e outras entidades para a concessão de "bolsa creche" ainda precisa ser regulamentada, o que não foi feito até o momento.A coluna Giro, doPOPULAR, já havia mostrado em janeiro deste ano que a compra de vagas teria custo de R$ 400 a 700 por criança.

A proposta está em análise no Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCMGO) desde o último dia 14, após representação do vereador Fabrício Rosa (PT), que pede a suspensão de qualquer processo de aquisição de vagas na rede privada e cobra a apresentação de estudos de impacto financeiro.A Secretaria Municipal de Educação (SMF) diz em nota que "a lei está em fase de regulamentação" e "tão logo a mesma seja regulamentada, a secretária municipal de Educação baixará os atos normativos necessários para a celebração dos contratos para aquisição de vagas".

Amedida, contudo, está prometida para ser iniciada neste ano.

"Todo planejamento que estamos fazendo é de curto, médioe longo prazos.

Em curto prazo, é comprar vaga e ampliar convênio.

Nomédio prazo, ampliar salas em centros municipais de educação infantil (Cmeis); e, no longo, é construir mais Cmeis", disse Giselle, no programa.Conforme ela, as ações de curtoprazo devem ocorrer neste ano, Já as de médio e longo prazo, estão previstas para 2026 e 2027, respectivamente.

"Uma das ações que vamos fazer para resolver é a compra de vaga na instituição privada.

Olhbamos onde nossa fila de espera está maior e entramos em contato com as instituições, já são 400", cita, ao apontar que há escolas sendo sondadas na região Noroeste, por exemplo.Giselle cita ainda que a fila ainda tem 4,5 mil crianças em espera.

"São pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e precisam colocar seu filho na educação infantil, crianças que

estão deixando de ter o direito atendido.

Mas temos planejamento para suprir isso", reforçou.

O total da fila estimada atualmente seria possível com a abertura de 6 mil vagas.

Esse quantitativo é citado pelo prefeito Sandro Mabel (UB) em diferentes entrevistas.

Contudo, no último dia 3, já depois do número ser relatado pelo gestor municipal, a SME repassou um número diferente, apontando que 3,4 mil novas foram criadas nos primeiros 30 dias de gestão."Além dessas, há tratativas para a disponibilização de novas vagas nas próximas semanas, alcançando um total de 6 mil vagas em parceria com entidades filantrópicas, como Ministério Terra Fértil, Igreja Videira, Tribunal de Contas de Goiás, Assembleia de Deus e Igreja Adventista", disse à pasta, na ocasião.

Vale lembrar que, na abertura do ano letivo, Mabel prometeu abrir 2,7 mil vagas em janeiro, 5 mil nos primeiros cem dias de mandato, e totalizando 10 mil até o fim do primeiro semestre.

VIDA URBANA

Educação planeja bolsa uniforme

ENSINO EM GOIÂNIA Secretaria estuda fazer a entrega de cartão para pais e responsáveis para aquisição de uniformes de alunos da rede municipal. Projeto de lei será enviado à Câmara

Gabriella Braga
gabriella.braga@opopular.com.br

A Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia estuda a criação de um sistema de entrega de cartões aos pais e responsáveis de alunos da rede municipal para aquisição dos kits de uniformes escolares, a exemplo do que ocorre hoje com estudantes dos colégios militares estaduais por meio do Bolsa Uniforme. O anúncio foi feito pela secretária Giselle Faria nesta segunda-feira (10), durante entrevista ao programa do jornalista Jackson Abrão.

"Este ano vamos mandar um cartão para cada família e ela vai a uma loja credenciada para escolher o tamanho certo e comprar o uniforme", afirmou a titular da pasta durante a entrevista. Ao POPULAR, em nota, a secretaria alega que deve fazer o envio de um projeto de lei à Câmara de Goiânia para a implantação da medida, com o intuito de "garantir maior agilidade nesse processo e, ainda, fomentar a economia local".

Ainda em nota, a SME diz que a determinação do prefeito "é realizar a aquisição conforme a lei de licitação, viabilizando a entrega de forma rápida e atendendo os estudantes antes do início do ano letivo". Contudo, não explica se faz referência ao ano letivo de 2025, já iniciado, ou ao próximo. A pasta também não informa previsão para o envio do projeto de lei à Câmara, mesmo a secretária tendo dito que a medida seria implantada neste ano.

Na última semana, a pasta distribuiu 118,9 mil peças de uniformes para as cinco Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Os itens escolares foram encontrados durante vistoria, no dia 29 de janeiro, em dois galpões alugados pela SME no Setor Santa Genoveva desde 2016. O intuito é fazer a destinação final dos inservíveis e redistribuição dos materiais encontrados em bom estado para prosseguir com a rescisão dos contratos juntos à Queluz Empreendimentos, com custo avaliado em R$ 112 mil por mês.

Entre os itens encontrados nos galpões e redistribuídos às CREs, estão 23.276 bermudas masculinas, 19.258 pares de tênis, 14.193 jaquetas, 13.729 shorts-saia, 8.007 camisetas e 5.770 calças, além de 34.686 pares de meias. Na edição do último dia 6, o POPULAR mostrou que os uniformes escolares localizados custaram R$ 3,25 milhões aos cofres públicos. O valor levantado pela reportagem representa 17,6% do total contratado em outubro de 2021, em que foi pago R$ 18,4 milhões a uma empresa de Guapiaçu (SP).

A proposta sondada pela SME é semelhante à adotada em março de 2024 pelo governo estadual nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs). Com o projeto de lei aprovado em definitivo pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) no dia 7 daquele mês, os alunos das unidades começaram a receber o Bolsa Uniforme, no valor de R$ 970. A iniciativa para 78 mil estudantes teve investimento de R$ 76 milhões. Já em Goiânia, o valor a ser gasto ainda não é citado.

ATRASOS

A compra de uniformes escolares foi iniciada no último ano de gestão do então prefeito Iris Rezende (MDB), em 2020, para início do fornecimento no ano seguinte, quando a Prefeitura já estava sob a administração de Rogério Cruz (SD). Já os kits adquiridos pelo prefeito que antecedeu Sandro Mabel (UB) em 2021, e que estavam previstos para serem entregues no início do ano letivo de 2022, só começaram a ser entregues no segundo semestre daquele ano.

Em abril do ano passado, o POPULAR também mostrou que, após três meses do início das aulas, os estudantes da rede de municipal ainda não haviam recebido os uniformes escolares. A pasta justificou à época que a demora ocorria diante da necessidade de fazer um levantamento das idades e tamanhos das vestimentas das crianças após a efetivação das matrículas. Os kits começaram a ser entregues naquele mês para os 114 mil alunos matriculados naquele ano.

A aquisição dos uniformes escolares é feita desde 2021 por meio de adesão à ata de registro de preços, conhecida como "carona". Desta forma, a Prefeitura faz adesão a outros processos licitatórios elaborados por órgãos públicos municipais, estaduais ou federal. A última, por exemplo, feita em fevereiro de 2024, foi em uma carona no pregão feito pelo Consórcio Intermunicipal Dom Mariano (Condomar), de Pernambuco, por R$ 26,5 milhões.

Wildes Barbosa



Alunos contêm sem uniformes durante a saída da Escola Municipal Prof. Trajano Bastos Guimarães, no Parque Amazônia

Compra de vaga em creches custará R$ 700

Durante o programa *Jackson Abrão Entrevista* desta segunda-feira (10), a secretária municipal de Educação de Goiânia, Giselle Faria, apontou que a compra de vagas em creches privadas deve ter custo "em torno de R$ 700" por criança. A proposta faz parte de uma série de medidas para zerar o déficit de vagas na educação infantil, estimada em dezembro passado em 10,5 mil. Contudo, uma lei de 2021 que autoriza convênios com escolares particulares e outras entidades para a concessão de "bolsa creche" ainda precisa ser regulamentada, o que não foi feito até o momento.

A coluna *Giro*, do POPULAR, já havia mostrado em janeiro deste ano que a compra de vagas teria custo de R$ 400 a 700 por criança. A proposta está em análise no Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) desde o último dia 14, após representação do vereador Fabrício Rosa (PT), que pede a suspensão de qualquer processo de aquisição de vagas na rede privada e cobra a apresentação de estudos de impacto financeiro.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) diz em nota que "a lei está em fase de regulamentação" e "tão logo a mesma seja regulamentada, a secretaria municipal de Educação baixará os atos normativos necessários para a celebração dos contratos para aquisição de vagas". A medida, contudo, está prometida para ser iniciada neste ano. "Todo planejamento que estamos fazendo é de curto, médio e longo prazos. Em curto prazo, é comprar vaga e ampliar convênio. No médio prazo, ampliar salas em centros municipais de educação infantil (Cmeis); e, no longo, é construir mais Cmeis", disse Giselle, no programa.

Conforme ela, as ações de curto prazo devem ocorrer neste ano. Já as de médio e longo prazo, estão previstas para 2026 e 2027, respectivamente. "Uma das ações que vamos fazer para resolver é a compra de vaga na instituição privada. Olhamos onde nossa fila de espera está maior e entramos em contato com as instituições, já são 400", cita, ao apontar que há escolas sendo sondadas na região Noroeste, por exemplo.

Giselle cita ainda que a fila ainda tem 4,5 mil crianças em espera. "São pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e precisam colocar seu filho na educação infantil, crianças que estão deixando de ter o direito atendido. Mas temos planejamento para suprir isso", reforçou. O total da fila estimada atualmente seria possível com a abertura de 6 mil vagas. Esse quantitativo é citado pelo prefeito Sandro Mabel (UB) em diferentes entrevistas. Contudo, no último dia 3, já depois do número ser relatado pelo gestor municipal, a SME repassou um número diferente, apontando que 3,4 mil novas foram criadas nos primeiros 30 dias de gestão.

"Além dessas, há tratativas para a disponibilização de novas vagas nas próximas semanas, alcançando um total de 6 mil vagas em parceria com entidades filantrópicas, como Ministério Terra Fértil, Igreja Videira, Tribunal de Contas de Goiás, Assembleia de Deus e Igreja Adventista", disse à pasta, na ocasião. Vale lembrar que, na abertura do ano letivo, Mabel prometeu abrir 2,7 mil vagas em janeiro, 5 mil nos primeiros cem dias de mandato, e totalizando 10 mil até o fim do primeiro semestre.

Concurso Alego: "logo após o Carnaval", diz presidente da Casa

Em publicação nas redes sociais, o presidente da Casa informou que, antes da publicação, realizará uma consulta ao Tribunal de Justiça de Goiás, para escolher a banca organizadora. "Vamos consultar o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que recentemente fez um concurso. Estou enviando a consulta nos próximos dias, e digo a vocês, continuem estudando, logo após o Carnaval será publicado o edital", disse o deputado Bruno Peixoto, em publicação nas redes sociais .

As 101 oportunidades previstas do concurso Alego serão distribuídas pelos seguintes cargos e áreas: analista administrativo: 20 vagas; analista de ciência de dados: duas vagas; analista de controle externo em contabilidade: uma vaga; analista de controle externo em direito: uma vaga; analista de controle interno em contabilidade: duas vagas; analista de controle interno em direito: duas vagas; analista em gerenciamento de projetos de TI: duas vagas; analista de infraestrutura: quatro vagas; analista de sistema: duas vagas; assistente de suporte em TI: sete vagas; contador: quatro vagas; desenvolvedor de sistemas: oito vagas; fotógrafo: duas vagas; economista: uma vaga; policial legislativo: 40 vagas; técnico em gravação e som: duas vagas; e técnico em refrigeração: uma vaga.

Os cargos indicados acima exigirão os níveis médio e superior de formação .

Qual será o vencimento inicial do aprovado no concurso Alego? agente legislativo A: R$3.765,45 (final de carreira podendo chegar a R$4.912,99); agente legislativo B: R$5.158,66 (final de carreira podendo chegar a R$6.730,95); assistente legislativo: R$7.067,54 (final de carreira podendo chegar a R$9.221,55); e analista legislativo: R$9.682,66 (final de carreira podendo chegar a R$12.633,69).

Além dos valores indicados acima, o servidor ainda receberá o auxílio-alimentação de R$1 mil.

A sua aprovação em concursos começa agora. Garanta a assinatura mais completa do mercado AQUI!

Presidente prevê edital do concurso Alego após o Carnaval

(Foto: Carlos Costa/Alego)

Último concurso Alego foi realizado em 2018

O edital do último concurso da Assembleia Legislativa de Goiás foi publicado no final de 2018, com oferta de 157 vagas.

Do total de vagas, 80 foram para provimento imediato e 77 para cadastro de reserva. As chances foram divididas por cargos de níveis médio e superior.

Foram publicados três editais, sendo o primeiro com 95 vagas para a carreira de analista legislativo, de nível superior, nos cargos de: arquiteto, arquivista, assistente social, cirurgião-dentista, comunicador social, contador, enfermeiro do trabalho, engenheiro civil, engenheiro do trabalho, engenheiro eletricista, fisioterapeuta, médico em diversas especialidades, psicólogo, revisor ortográfico e segurança da informação

No segundo edital, foram 54 vagas para a carreira de assistente legislativo, com exigência de nível médio e técnico.

Foram oferecidas oportunidades para os cargos de policial legislativo, técnico em enfermagem do trabalho, técnico em segurança do trabalho e tradutor-intérprete de Libras.

Já o terceiro edital contemplou apenas a carreira de procurador, que exigiu dos candidatos o bacharelado em Direito e inscrição na OAB.

Ao todo, o concurso Alego de 2018 registrou 38 mil candidaturas. Já a organização ficou por conta do Instituto de Desenvolvimento Humanos (Iades).

1º Seminário de Governança reúne especialistas da área em Goiânia

Goiânia recebe no dia 18 de março o 1º Seminário de Governança, encontro que reúne empresas de administração indireta do estado. O evento é uma parceria da Controladoria-Geral de Goiás (CGE-GO) e o Fórum das Estatais, com apoio do Instituto de Direito Administrativo de Goiás (IDAG).

O local do Seminário será o auditório do Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO) e o objetivo é fortalecer as práticas de integridade, transparência e compliance nas empresas públicas e de sociedade mista, com troca de experiências e melhorias na gestão.

O encontro conta com especialistas de outros estados e palestrantes da Petrobras e do BNDES, que abordarão temas como prevenção à corrupção, governança corporativa, contratações diretas e o impacto das decisões judiciais na administração das estatais.

Entre as empresas envolvidas para a realização do evento estão a GoiásFomento; Goiasgás; Agência Goiana de Habitação (Agehab); Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa); Celgpar, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (Codego); Goiás Parcerias; Goiás Telecom, Indústria Química do Estado de Goiás (Iquego), Lago Azul Transmissão; Metrobus; e a Saneago.

Confira a programação prévia

9h30 às 10h45 - 1º Painel: Matriz de Riscos como ferramenta de prevenção à corrupção

10h45 às 12h - 2º Painel: Impactos da decisão do STF no preenchimento das Diretorias e Conselhos das Estatais de grande, médio e pequeno porte

12h às 14h - Almoço

14h às 15h30 - 3º Painel: Contratações diretas e o dever de licitar das Estatais

15h30 às 16h - Intervalo (coffee break)

16h às 17h - 4º Painel: Evolução dos Instrumentos de Governança da Petrobras (estudo de caso)

17h - Conferência de Encerramento: Espaço Constitucional de atuação das estatais

Saiba mais

CGE assina 1º Contrato Público de Solução Inovadora do Estado de Goiás

CGE apresenta painel sobre Transporte Público no América Aberta

O post 1º Seminário de Governança reúne especialistas da área em Goiânia apareceu primeiro em Agência Cora Coralina de Notícias.